

A inovação proletarizada: perfil e desafios dos profissionais nos laboratórios de informática da rede municipal de ensino de Santarém-PA

The proletarianized innovation: profile and challenges of professionals in the computer labs of the municipal school system of Santarém-PA

Rosane Crema Sousa¹
Gilson Cruz Junior²

Resumo

Este trabalho tem como objetivo investigar o perfil e os desafios dos profissionais que atuam nos laboratórios de informática das escolas da rede municipal de ensino de Santarém-PA. Do ponto de vista metodológico, constitui-se como uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas para a construção dos dados. Os sujeitos participantes são os agentes que atuam especificamente nas salas informatizadas das escolas da região urbana do município. A análise dos dados mostrou que o perfil dos referidos agentes é heterogêneo, bem como os obstáculos que enfrentam em seu cotidiano, os quais abrangem desde dificuldades na manutenção e reposição dos equipamentos à incipiência das políticas municipais de formação continuada.

Palavras-chave: Educação; Tecnologias digitais; Formação docente; PROINFO.

Abstract

This paper aims to investigate the profile and challenges of professionals working in the computer labs of municipal schools in Santarém-PA. From the methodological point of view, it is constituted as a qualitative exploratory research, using semi-structured interviews for the construction of data. Participating subjects are agents who work specifically in the computerized classrooms of schools in the urban region of the municipality.

¹ Graduanda em Licenciatura em Informática Educacional pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: rosanecrema@hotmail.com.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, atualmente é professor adjunto no Instituto de Ciências da Educação da UFOPA. E-mail: gilsu05@gmail.com.

Data analysis showed that the profile of these agents is heterogeneous, as well as the obstacles they face in their daily lives, ranging from difficulties in maintaining and replacing equipment to the incipience of municipal continuing education policies.

Keyword: Education; Digital technologies; Teacher training; PROINFO.

1 Introdução

A presença das tecnologias digitais de informação e comunicação nos processos de ensino-aprendizagem das instituições de ensino ainda é um assunto complexo. No geral, estas – as tecnologias – abarcam um conjunto crescente de novas linguagens e recursos com potencial ainda desconhecido, sendo objeto de constantes e intensas discussões referentes às suas possibilidades de integração às práticas educativas. Para Buckingham (2010), se as escolas não foram significativamente transformadas pelo advento da tecnologia, o mesmo não se pode dizer da cultura e do cotidiano das pessoas. Fora das escolas, cada vez mais crianças e jovens da atual geração têm suas vidas permeadas por diversos meios de informação e comunicação, cenário que está transformando a realidade em que vivem com uma velocidade que as escolas apresentam dificuldades em acompanhar.

Em 1997, o Governo Federal, por via do Ministério da Educação, criou o Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO) com a intenção de promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação na rede pública de educação básica. Dentre as ações do programa, constam a instalação de laboratórios em escolas públicas, oferta de cursos, capacitações e formação continuada para professores. Entretanto, apesar dos referidos esforços, a integração das novas tecnologias ao currículo escolar permanece uma questão problemática. Por razões diversas, muitos professores ainda se sentem inseguros na tarefa de incorporar as mídias e tecnologias digitais ao trabalho pedagógico.

Nesse contexto, parece oportuno dedicar atenção aos agentes aos quais têm sido atribuída a tarefa de mediar a interação entre tecnologias digitais, professores, alunos e conhecimentos. Mais precisamente, trata-se de conhecer os indivíduos responsáveis pelos laboratórios de informática das escolas, assim como os embates e obstáculos enfrentados por eles no exercício de sua função. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo investigar os profissionais que atuam nas salas informatizadas das escolas municipais da

rede municipal de Santarém-PA, reunindo informações a respeito de seu perfil, suas perspectivas acerca da tecnologia e sua trajetória na educação, além de identificar os desafios presentes em seu cotidiano.

2 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo. Para Moreira e Caleffe (2006), a primeira abordagem se propõe a explorar as características dos indivíduos e cenários que não podem ser facilmente descritas numericamente, operando frequentemente com dados verbais e não verbais, coletados pela observação, descrição e gravações. Já a segunda, por sua vez, explora as características e situações de que dados numéricos podem ser obtidos e faz uso da mensuração e estatísticas.

Este trabalho também opera com uma finalidade exploratória, pois tem por objetivo sondar aspectos gerais de um fato ou fenômeno, podendo se caracterizar como uma etapa preliminar que abre caminhos para investigações mais amplas e exaustivas. Segundo Gil (2002), esse tipo de pesquisa tem o propósito de assegurar maior familiaridade ao pesquisador em relação ao problema investigado. Moreira e Caleffe (2006), por sua vez, definem a pesquisa exploratória como o esforço que tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.

Em termos de organização, esta pesquisa se encontra estruturada em duas etapas. Antes delas, foi realizado um breve estudo bibliográfico abrangendo elementos presentes na literatura sobre temas como as mídias e tecnologias na educação, formação docente, bem como os desafios e possibilidades envolvendo as referidas questões.

Depois dessas incursões teóricas, serão apresentados os dados de uma pesquisa de campo realizada com a intenção coletar/construir dados sobre o problema investigado. Na primeira etapa, por meio de ofício encaminhado à Secretaria Municipal de Educação (SEMED), foram solicitados dados relevantes à pesquisa, como: 1) quantitativo atualizado de escolas municipais existentes em Santarém; 2) instituições que contam com salas informatizadas em funcionamento; 3) total de agentes designados exclusivamente para esses espaços. Ainda nesta etapa, também foi aplicado um questionário para reunir

detalhes sobre a formação acadêmico-profissional dos agentes que atuam nos laboratórios das escolas na região urbana do município³.

No segundo momento, foram selecionados quatro dos profissionais participantes da etapa anterior, com os quais foram realizadas entrevistas. Segundo Moreira e Caleffe (2006), a entrevista consiste num procedimento que, em comparação a técnicas como o questionário, possibilita ao pesquisador exercer um maior tipo de controle sobre a conversação, ainda que também permita ao entrevistado uma maior liberdade sobre as informações produzidas. Dentre os sujeitos selecionados para participar dessa etapa, dois ocupam a função de professor e dois de instrutor. Todos eles atenderam aos critérios de inclusão que envolviam: 1) interesse e disponibilidade; e 2) ter participado da primeira fase da pesquisa. O propósito primário das entrevistas foi reunir informações acerca das inserções dos referidos agentes no cotidiano escolar, assim como seus desafios e suas percepções sobre o potencial das tecnologias nos processos de ensino-aprendizagem.

3 Educação e tecnologias: considerações gerais

Ao refletirmos sobre a relação entre educação e mídias, é preciso antes compreender a que nos referimos com o termo “tecnologias”. De acordo com Selwyn (2011), a palavra “tecnologia” é oriunda do Grego Antigo “techné” e pode ser traduzida como habilidade, arte ou ofício. Ao longo da história, explica o autor, o termo adquiriu diferentes significados, entre os quais, destaca-se a ideia de processos e a práticas para produzir coisas, compreendê-las ou criar conhecimento. Ou seja, diz respeito à compreensão e criação de instrumentos materiais ou simbólicos cuja função é melhorar a vida humana ou apenas satisfazer necessidades específicas.

Trata-se de um entendimento compartilhado por muitos pesquisadores da educação, a exemplo Kenski (2007), para quem a tecnologia remete:

Ao conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e à utilização de um equipamento em um determinado tipo de atividade, para construir qualquer tipo de equipamento – um caneta esferográfica ou um computador – os homens precisam pesquisar, planejar e criar o produto, o serviço, ou seja o processo (p.24).

³ Para garantir a viabilidade da pesquisa, não foram incluídos os profissionais que atuam nos laboratórios nas regiões do planalto e de rios, uma vez que as dimensões geográficas do município de Santarém representam um desafio no que diz respeito às possibilidades de mobilidade terrestre e fluvial.

Seria possível listar inúmeros recursos tecnológicos criados pela humanidade no decorrer de sua história, desde os mais rudimentares, como tacapes, canetas, aos mais sofisticados, como carros, aviões, computadores e celulares. Por outro lado, as tecnologias não abrangem apenas objetos materiais. Mesmo passíveis de serem identificadas por meio de aparelhos e artefatos físicos, tecnologias abrangem também formas imateriais como conhecimentos, técnicas e habilidades empregadas para resolver problemas específicos.

Ao observar as tecnologias da contemporaneidade, percebe-se que são cada vez mais numerosos e heterogêneos os grupos e as esferas sociais nas quais se fazem presentes. É o caso das tecnologias de informação e comunicação, que estão cada vez mais inseridas em contextos de trabalho, estudo, lazer e divertimento. Diante disso, é comum o argumento que afirma que o desenvolvimento tecnológico modifica não apenas máquinas e aparelhos, mas também seus usuários, contribuindo para a transformação das formas de pensar e agir partilhados social e historicamente.

As tecnologias digitais tem se popularizado por conta de sua capacidade de dar origem a novas formas de comunicação e linguagens midiáticas. Para Kenski (2007), o século XX experimentou saltos evolutivos significativos no que diz respeito aos meios de comunicação, em boa medida, graças ao advento e desenvolvimento de campos do conhecimento como a eletrônica, a computação e as telecomunicações. Selwyn (2011), por sua vez, aponta que as tecnologias digitais que mais se destacaram nas últimas décadas – pelo menos em termos educacionais – são aquelas baseadas na internet. Para ele, o motivo dessa importância se deve ao fato da rede concretizar conexões e atividades de socialização em massa e ubíqua, viabilizando ações coletivas no âmbito de comunidades virtuais, além novos tempos, formas e espaços de aprendizagem que podem ser tanto aliadas quanto desafios para a educação institucionalizada.

Diante do surgimento de novas formas de agir e pensar induzidas pelas novas tecnologias, a cultura digital tem trazido diversas demandas para o campo educacional. Uma das principais envolve a necessidade crescente de formar pessoas aptas a lidar com a velocidade das transformações técnicas, políticas e sociais em curso, garantindo a elas as habilidades necessárias para compreender o mundo contemporâneo e enfrentar os desafios que ele apresenta. Diante dessa realidade, Kenski (2007) destaca o papel estratégico da escola:

a escola precisa assumir o papel de formar pessoas flexíveis o suficiente para incorporar novos e diferenciados perfis profissionais; que tenha consciência da velocidade das mudanças e o tempo curto de existência de profissões novas e promissoras. Pessoas que possam reconhecer a fragilidade das conquistas sociais tradicionais – como o trabalho assalariado e os benefícios trabalhistas – e lutar contra ela. A escola precisa, enfim, garantir aos alunos cidadãos a formação e a aquisição de novas habilidades, atitudes e valores, para que possam viver e conviver em uma sociedade em permanente processo de transformação (p. 64).

A preocupação em formar cidadãos para uma realidade em contínua transformação é uma pauta emergente no âmbito das políticas públicas. Uma das tentativas de acelerar o processo de integração das tecnologias ao ensino fundamental e médio foi o já mencionado PROINFO: programa criado em 1997 pelo Ministério da Educação através da portaria nº 522, com a intenção de promover o uso pedagógico das tecnologias de informática e de comunicação em instituições da rede pública de educação básica. Inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, o PROINFO realiza ações que têm levado às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais diversos. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das tecnologias disponibilizadas.

Publicado em 12 de dezembro de 2007, o Decreto n. 6.300 ampliou o raio de ação do PROINFO, que passou a se chamar Programa Nacional de Tecnologia Educacional, adotando uma compreensão ampliada das mídias e tecnologias nos contextos educacionais para além dos computadores. Entre suas principais metas, o programa abarca ações como:

- I – promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino urbanas e rurais;
- II – fomentar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação;
- III - promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do programa;
- IV – contribuir com a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, da conexão à rede mundial de computadores e outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas;
- V – contribuir para a preparação dos jovens e adultos para o mercado de trabalho por meio do uso das tecnologias de informação e comunicação;
- VI – fomentar a produção nacional de conteúdos digitais educacionais (BRASIL, 2007).

Todavia, apesar da importância de iniciativas de políticas como o PROINFO, a integração das tecnologias digitais nas instituições de ensino ainda enfrenta obstáculos

que dificultam a efetivação dessa proposta. Dentre os principais desafios presentes nesse cenário, sobressaem aqueles que remetem direta ou indiretamente aos professores e a formação recebida (ou não) por eles para lidar com os desafios educacionais da cultura digital.

4 Formação Docente e Tecnologias Digitais

Falar sobre formação docente e seus aspectos históricos não é uma tarefa fácil. É possível observar que a educação sempre se viu entrelaçada por muitos conflitos políticos, econômicos, sociais e culturais. Sendo ela (a educação) objeto de debates permanentes sobre seus principais problemas e desafios, pode-se dizer que a formação docente é uma das principais temáticas que tem instigado preocupações recorrentes.

Pensando na especificidade do contexto brasileiro e na amplitude da discussão, faz sentido dar início a este debate abordando a formação de professores a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96), também conhecida como Lei Darcy Ribeiro, em homenagem ao importante educador e político brasileiro, que foi um dos principais influenciadores do referido documento, o qual é composto por 92 artigos que versam sobre os mais diversos temas da educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior.

Dentre os vários marcos que a constituem, a LDB 9394/96 foi a primeira lei federal que previu a licenciatura como habilitação necessária aos professores que atuam na educação básica. A partir dela se postula a formação docente em nível superior como requisito para o exercício da docência. Em 2002, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores foram promulgadas e, nos anos subsequentes, as Diretrizes Curriculares para cada curso de licenciatura foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação, que estabeleceu um prazo máximo de dez anos para sua efetiva aplicação.

Nessa perspectiva, parte das críticas dirigidas aos currículos de formação inicial se dirige à ênfase excessiva dadas pelas instituições de ensino superior à formação de intelectuais e pesquisadores. Mesmo sendo domínios importantes para o exercício profissional, a tarefa de formar professores envolve também reconhecer a prioridade das práticas docentes voltadas às escolas e da vivência do cotidiano das instituições de ensino. Assim defende Gatti (2013; 2014), que, em pesquisas distintas, observa que a parte

significativa dos cursos de licenciatura ofertados no Brasil deixa a desejar nesse sentido, apresentando matrizes curriculares carentes em disciplinas referentes à didática e às metodologias de ensino-aprendizagem. Ou seja, para ela, boa parte dos egressos dos cursos de licenciatura chega ao contexto de trabalho sem uma base sólida para atuar em sala de aula.

Gatti (2013; 2014) também reflete sobre a importância da formação de professores diante das transformações recentes observadas na sociedade e cultura. Mais precisamente, destaca a crescente importância das tecnologias de informação e a comunicação na vida cotidiana, no trabalho e na vida científica. Ao analisar esse cenário, definido por muitos como “era do conhecimento”, observou que, do ponto de vista educacional, certas habilidades vêm adquirindo relevância, como a capacidade de decodificar e interpretar informações, além do domínio de linguagens midiáticas que permitam a criação de conteúdos digitais diversos. De certo, o desenvolvimento dessas competências “tecnológicas” depende do domínio da palavra, da escrita e tantas outras áreas do saber operando de forma interdisciplinar.

Apesar do reconhecimento do potencial pedagógico das tecnologias de informação e comunicação, os currículos dos cursos de formação inicial parecem ainda não ter incorporado efetivamente essa demanda. Na pesquisa intitulada “Formação de professores para o ensino fundamental: instituições formadoras e seus currículos”, Gatti (2010) investigou a natureza dos projetos de curso, disciplinas e demais componentes curriculares presentes nas licenciaturas e cursos superiores de formação de professores. Para isso, analisou 71 cursos em Pedagogia, 32 em Língua Portuguesa, 31 em Matemática e 31 em Ciências Biológicas, nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul do Brasil. Como resultado, verificou a existência de insuficiências formativas que fragilizam a atuação do profissional-professor no âmbito da educação básica. Entre as referidas lacunas, encontra-se a escassez ou mesmo ausência de disciplinas e componentes curriculares referentes às mídias e tecnologias nos processos de ensino aprendizagem.

Como já foi mencionado, é comum que haja um descompasso entre os usos da tecnologia no cotidiano e as apropriações das mídias nas instituições de ensino, sobretudo nas escolas. Nesse sentido, Fantin (2012) enfatiza que o currículo não deve ser entendido apenas como conjunto de disciplinas e conteúdos avulsos, mas também como uma prática

cultural, de modo que nem sempre as demandas da sociedade coincidem com as metas definida pela educação para si mesma. Partindo do diálogo com vários pesquisadores das áreas da educação e da comunicação, a autora destaca “a necessidade de o currículo da formação de professores contemplar a comunicação, a mídia e a tecnologia, no sentido de uma relação emancipatória com as mídias, que precisa ser estudada, praticada e aperfeiçoada” (p. 65). Além dela, Belloni (2010) também ressalta a relevância da “mídia-educação” para o exercício de uma cidadania ativa, equiparando a importância das competências digitais no século XXI ao domínio da leitura e da escrita nos séculos XIX e XX.

No contexto brasileiro, o reconhecimento da urgência em integrar as tecnologias às práticas educativas já é uma demanda assumida por documentos norteadores da política nacional de formação docente. Um dos exemplos é a Resolução nº 2 de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior, englobando as licenciaturas, cursos de formação pedagógica para graduados, cursos de segunda licenciatura e formação continuada. No geral, seus artigos e incisos estabelecem as normas e exigências para os cursos de formação superior na área da docência para a educação básica. Dentre as competências estabelecidas para o egresso, o documento destaca, em seu artigo 5º, inciso 6º, a importância do “uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes” (BRASIL, 2015 p. 06). Trata-se de um atributo que passou a ser reconhecido como dimensão fundamental da atividade docente, a qual, conforme o artigo. 2º, assume a seguinte definição:

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo.

§ 2º No exercício da docência, a ação do profissional do magistério da educação básica é permeada por dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas por meio de sólida formação, envolvendo o domínio e manejo de conteúdos e metodologias, diversas *linguagens, tecnologias e inovações*, contribuindo para ampliar a visão e a atuação desse profissional (BRASIL, 2015, p.03, grifos do autor).

Nessa perspectiva, compreender as novas linguagens midiáticas, para além da condição de ferramentas pedagógicas e recursos didáticos, requer uma nova forma de

olhar a formação inicial e continuada de futuros professores. Sendo este um dos grandes desafios da atualidade.

Antes disso, é necessário reconhecer que boa parte das instituições de ensino públicas do país já conta com salas e laboratórios de informática. No caso de Santarém, estes espaços são ocupados por agentes especificamente designados para administrá-los e garantir as condições necessárias para sua integração às atividades de ensino-aprendizagem da instituição. Diante dos desafios existentes no plano da formação de docente, destaca-se a importância em investigar os referidos profissionais, identificando seu perfil, perspectivas sobre as tecnologias na educação, bem como desafios no exercício de suas funções.

5 Pesquisa de Campo: Resultados e Discussão dos Dados

Neste tópico, serão apresentados alguns resultados decorrentes de duas etapas distintas de coleta de dados. Na primeira etapa, foram obtidos junto à SEMED de Santarém os quantitativos relativos ao número total de: 1) escolas existentes na rede municipal de ensino de Santarém-PA; 2) instituições com laboratórios de informática em funcionamento; e 3) informações gerais sobre a formação dos agentes lotados salas informatizadas da região urbana do município. Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com quatro agentes educativos selecionados a partir da etapa anterior. Por meio delas, foram obtidos dados sobre o cotidiano de cada profissional no contexto da escola, bem como os principais obstáculos e percepções relativas à sua atuação.

5.1 Primeira etapa: informações sobre as escolas e o perfil dos agentes responsáveis pelos laboratórios

No que diz respeito à primeira etapa e aos dados obtidos via SEMED, verificou-se que a rede municipal de ensino de Santarém conta com um total 411 escolas, distribuídas da seguinte forma: 89 escolas na região urbana, 92 escolas na região do planalto, 230 escolas na região de rios. Dentre elas, existem 36 espaços exclusivamente dedicados à educação infantil, entre unidades e centros municipais (UMEs e CEMEs), seguindo a referida distribuição: quatro instituições na região do planalto, uma na região de rios e 31 na região central. Ainda de acordo com os dados do setor de estatística da SEMED, a rede municipal de ensino atendeu a um total de 63.463 alunos matriculados no ano de 2018.

Sobre a utilização dos laboratórios de informática, o levantamento sugere que parte significativa dessas instalações permanecem sem um profissional de referência. De todas as 411 escolas do município de Santarém, 93 possuem laboratório de informática. Destas, 67 escolas contam com agentes lotados especificamente para atender às demandas desse espaço. Além disso, também há uma distorção entre regiões centrais, rurais e periferia: 47 destes profissionais atuam na região urbana, enquanto 16 estão na região planalto e sete na região ribeirinha.

É conveniente esclarecer que, nesta pesquisa, o termo “agentes” abarca os sujeitos que efetivamente participaram da pesquisa. Mais precisamente, no município de Santarém, a responsabilidade pelos laboratórios de informática nas escolas está atribuída a: 1) “professores”, isto é, a docentes da rede municipal de ensino com formação superior ou “normal/magistério” na área da educação; ou 2) “instrutores”, cujo requisito mínimo é ter ensino médio completo. Do ponto de vista da carreira, os primeiros possuem os mesmos benefícios, salários e direitos dos demais profissionais do magistério, enquanto os últimos, por conta da não obrigatoriedade da formação superior para sua contratação, são classificados como técnicos com os quais são estabelecidos vínculos empregatícios necessariamente temporários.

Segundo o NTM de Santarém, até o ano de 2017 não existia nenhum tipo de regulamentação municipal que orientasse o uso e a organização dos laboratórios de informática das escolas de Santarém. Trata-se de um fator que, até então, representou um limite no plano das políticas públicas e educacionais voltadas à inclusão digital. Esse cenário se alterou apenas no início do ano de 2018, quando entrou em vigência a portaria nº 19/2018 elaborada pela SEMED e que se direcionou às salas informatizadas do município. Um dos pontos abordados nessa normativa diz respeito à criação da já mencionada figura do instrutor, bem como a definição dos requisitos para sua contratação e regime de trabalho.

Art. 21 Nos laboratórios de Informática Educativa, existindo necessidade de contratação, somente será lotado servidor temporário denominado **Instrutor de Informática (nível médio)**, que pode ter nível de escolaridade com Nível Médio, desde que acrescida de curso técnico de informática, além da formação pedagógica ofertada pelo E-Proinfo, Núcleo Tecnológico Municipal-NTM e Núcleo Tecnológico Estadual-NTE, com somatório de carga horária de no mínimo 100 horas.

§ 1º Para aqueles candidatos licenciados em informática, que almejem lotação como instrutor de informática, fica dispensado os cursos de formação exigidos no *caput* deste artigo.

Art. 22 A Informática Educativa será disponibilizada nas unidades que tenham laboratórios de informática, através de um instrutor por unidade, com carga horária de 8 horas diárias, devendo atender as turmas existentes, através de cronograma estabelecido em conjunto com a Coordenação do NTM e a direção da Unidade (SEMED, 2018, p.4).

Após a publicação da portaria, todos os professores-contratados (temporários) que atuavam nos laboratórios de informática das escolas da rede municipal tiveram que ser realocados no cargo de instrutor, perdendo o status de professor e a inserção na carreira docente. Já os professores efetivos, em tese, deveriam retornar às funções designadas em seus concursos de origem, deixando os laboratórios sob a responsabilidade dos instrutores. Entretanto, por força de um acordo estabelecido entre a SEMED e entidades sindicais, foi garantida a permanência nos laboratórios dos professores que neles já atuam, sem prejuízos à sua carreira e direitos.

De acordo com os dados obtidos via SEMED, do total de 47 agentes que atuam nas salas informatizadas do município na área urbana – recorte estabelecido por esta pesquisa –, 32 são professores e 15 são instrutores. Ou seja, aproximadamente um terço dos responsáveis pelos laboratórios não ocupa institucionalmente um cargo docente, ainda que professores e instrutores, com frequência, cumpram funções muito similares no cotidiano das instituições de ensino.

Outro aspecto importante é a formação dos participantes da pesquisa. Dos 32 professores pesquisados, observou-se que sete (21,8%) deles possuem formação superior em áreas diretamente ligadas às tecnológicas, como Ciência da Computação (licenciatura), Informática Educacional (licenciatura) e Redes de computadores (tecnólogo). O restante dos professores, mais precisamente 25 deles (78,2%), possui formação em licenciaturas “tradicionais”, entre as quais predominam cursos como Pedagogia, Normal Superior em Anos Iniciais, Letras, Matemática, Filosofia e Biologia (QUADRO 1).

PROFESSORES	GRADUAÇÃO
8	Licenciatura em Pedagogia (25%)
6	Normal Superior Ano Iniciais (18,75%)
5	Licenciatura em Letras (15,6%)
5	Licenciatura em Ciências da Computação (15,6%)
2	Licenciatura em Matemática (6,2%)
2	Licenciatura em Letras e Lic. Pedagogia (6,2%)
1	Licenciatura em Filosofia (3,1%)
1	Licenciatura em Informática Educacional (3,1%)
1	Tecnólogo em Rede de Computadores (3,1%)

1	Licenciatura em Biologia (3,1%)
(Total: 32)	

Quadro 1 – Professores e sua graduação.
Fonte: Autores.

Ainda no que diz respeito aos professores, também foram obtidos dados a respeito de sua formação em nível de pós-graduação (QUADRO 2). Dos 32 agentes participantes, apenas um não é pós-graduado. Em relação à sua área de filiação, observou-se que, dos que responderam positivamente a essa questão, a maioria declarou ter no currículo cursos na área de tecnologias educacionais: 21 professores (65,1%) concluíram pós-graduação em Informática na Educação ou Informática e Novas Tecnologias, enquanto outros 10 (31,0%) fizeram cursos em ramos variados da educação, como Gestão, Administração Escolar, Educação Especial e Alfabetização.

PROFESSORES	PÓS-GRADUAÇÃO
18	Informática na Educação (18,60%)
3	Informática e Novas tecnologias (9,3%)
2	Gestão Escolar (6,2%)
1	Língua Portuguesa e Estrangeira (3,1%)
1	Administração Educacional (3,1%)
1	Educação Especial Inclusiva (3,1%)
1	Educação Ambiental (3,1%)
1	Alfabetização e letramento (3,1%)
1	Coordenação pedagógica (3,1%)
1	Educação especial (3,1%)
1	Português (3,1%)

Quadro 2 – Professores e sua formação complementar
Fonte: Autores.

Em relação aos instrutores, foi possível notar que a maior parte dos participantes não tem ensino superior: dos 15 agentes nessa categoria, apenas quatro (26,4%) têm formação superior, distribuindo-se em cursos como Pedagogia, Sistemas de Informação, Informática Educacional e até mesmo Direito. Do restante, seis (39,6%) têm formação técnica em cursos como Redes de Computadores e Tecnologias de Informação, além de outros cinco (33,3%) que possuem apenas o ensino médio (QUADRO 3). Essas informações indicam que o quadro de instrutores vinculado às salas informatizadas das escolas municipais é bastante diverso e com distorções em relação ao nível de escolaridade dos agentes, tendo o curso básico de 100hs oferecido pelo Núcleo Tecnológico Municipal como única referência e requisito para ocupação do cargo.

INSTRUTORES	FORMAÇÃO
5	Ensino Médio (33,3%)
4	Técnico em Rede de Computadores (26,4%)
2	Técnico em Tecnologia da Informação (13,2%)
1	Bacharel em Direito (6,6%)
1	Licenciatura em Pedagogia (6,6%)
1	Licenciatura em Informática Educacional (6,6%)
1	Bacharel em Sistemas de Informação (6,6%)
(TOTAL:15)	

Quadro 3 – Instrutores e sua formação
Fonte: Autores.

5.2 Segunda etapa: desafios e percepções de professores e instrutores

Como já foi mencionado no tópico de metodologia, foram realizadas entrevistas com quatro dos profissionais que atuam nos laboratórios das escolas públicas municipais de Santarém. Desse total, a seleção dos sujeitos participantes levou em consideração o cargo que ocupavam em sua instituição, de modo a garantir uma apresentação satisfatória de pontos de vista e posições distintas. Logo, optamos por uma amostra equilibrada: foram entrevistados dois professores e dois instrutores, os quais haviam sido previamente selecionados a partir da participação na primeira etapa de pesquisa. O roteiro de perguntas que orientou as conversas abrange aspectos variados, tais como: formação; tempo e experiência de atuação na educação; regime de contratação; percepções de e desafios no cotidiano dos laboratórios de informática das escolas.

No tocante ao perfil dos entrevistados, observou-se um quadro relativamente heterogêneo. Dos quatro sujeitos entrevistados, três possuem formação em nível superior, um em nível médio. Apenas um deles é licenciado. Três atuam há pelo menos 10 anos na área da educação e um há menos de dois anos. Dois são profissionais efetivos e dois são temporários, os quais foram contratados sem processo seletivo, assumindo o cargo por meio de indicação (QUADRO 4).

SUJEITO	CARACTERIZAÇÃO
Professor 1	Formação em Magistério, Licenciatura em Pedagogia, Gestão de Recursos Humanos, especialização em Educação Infantil. Atua há 23 anos na área da educação, desde 2009 atende no laboratório de informática e é concursado pelo município.
Professor 2	Tecnólogo em Rede de Computadores, pós-graduação em Informática educativa e as Novas Tecnologias, Informática Educativa e Novas Mídias, além de Gestão Escolar. É concursado pelo município, possui 30 anos de magistério, dos quais 21 foram na área de informática educativa.

Instrutor 1	Formado em Sistemas de Informação (TI). Atua desde 2008 na área da educação, integrando-se em 2010 à área de informática educativa, sob o regime de contrato (temporário). Na época, foi indicado pelo diretor da escola para fazer o curso de multiplicadores em 2010. Desde então atua nos laboratórios de informática das escolas municipais de Santarém.
Instrutor 2	Tem nível médio, além de cursos de informática básica e avançada, desenvolvimento pessoal, auxiliar administrativo e pretende iniciar em breve o curso superior em Pedagogia. Atua desde 2017 no laboratório de informática, sob o regime de contrato temporário. Para isso, não participou de processo seletivo: entrou por indicação.

Quadro 4 – Professores e Instrutores Entrevistados

Fonte: Autores.

No que diz respeito aos desafios inerentes à sua profissão, os sujeitos entrevistados apontam desafios de diferentes naturezas, entre os quais, os de caráter material se sobressaíram inicialmente. Uma das preocupações dos profissionais é o sucateamento e a desatualização dos computadores. Sob a ótica dos sujeitos, a falta de recursos para manutenção das máquinas e reposição das peças também é apontado como um de seus principais obstáculos: “O governo mandou os computadores, mas ele não viu que eles precisam de manutenção. Se a escola quiser que o laboratório funcione 100% a escola tem que ver o que ela pode fazer” (INSTRUTOR 1). Como agravante, também foi apontada a percepção de que, por se destinarem a instituições públicas de ensino, os equipamentos, em geral, já tendem a ser adquiridos com desempenho abaixo da média: “Isso quer dizer que já por conta de eles serem para escolas o material dentro deles é mais barato, então não tem uma boa qualidade para durar longo tempo de vida.” (INSTRUTOR 1). Em sua maioria, os laboratórios de informática das escolas da rede municipal contam com equipamentos fornecidos por meio do PROINFO, os quais, conforme relatado pelos sujeitos da pesquisa, chegaram às escolas entre os anos de 2008 e 2009, ou seja, já possuem pelo menos dez anos de uso.

A gente sabe que o setor lá do NTM... ele faz as manutenções, mas faz na medida do possível. Se faltar uma componente do computador que seja caro, a instituição não tem como repor, não tem verba. Se a escola tiver condição de comprar ela ajuda para poder manter o laboratório funcionando. A escola... ela vai ajudar, mas na medida do possível dela. Então o meu maior desafio é manter... nas escolas que eu passo eu gosto de manter que é justamente para não fechar de vez. O que eu vejo é que os governos que vem... parece que eles querem tirar [a Informática Educativa], que fique sucateada que é justamente para não funcionar (INSTRUTOR 2).

A já referida falta de recursos para a manutenção e atualização dos computadores também é um obstáculo que impacta no cotidiano dos profissionais nos laboratórios. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa chamam atenção para as estratégias adotadas para

que as escolas, por conta própria, reúnam as condições necessárias para garantir o funcionamento dos equipamentos: “Tipo a gente está fazendo uns projetos de cinema aqui para trazer a criança, para ela se divertir um pouco e contribuir... e esse dinheiro é para ajudar no conserto das máquinas. A escola não tem dinheiro para dar manutenção nas máquinas. Ela ajuda no que pode” (INSTRUTOR 1). Outra tática comum é a utilização de técnicas que prolongam a vida útil de alguns aparelhos a partir do reuso de peças extraídas de hardwares com defeito: “O principal desafio são as máquinas que já estão obsoletas. Vai queimando, vamos fazendo metareciclagem e o número de máquinas vai diminuindo nos laboratórios porque não existe verba para reposição. A última atualização foi em 2010” (PROFESSOR 1). Apesar de garantir o funcionamento do laboratório, o uso de estratégias como a metareciclagem resulta na redução do número total de máquinas disponíveis nas salas informatizadas. Trata-se de uma situação que também reduz as possibilidades de trabalho com máquinas no âmbito didático-pedagógico: “Temos um gabinete com três capacitores estourados. A gente tem que desenvolver atividades que visem que as crianças colaborem para gente consertar” (INSTRUTOR 1). Ainda que necessárias para a continuidade das atividades, os sujeitos da pesquisa também parecem cientes de que manter o funcionamento dos computadores ao custo de diminuir o número total de máquinas é uma apenas uma solução paliativa e insustentável em longo prazo.

As situações descritas parecem compatíveis com outros desafios no contexto do PROINFO. Quartiero (2012) aponta que, apesar dos avanços observados, políticas como essa ainda não conseguiram se efetivar como uma ação permanente do poder público. Nesse sentido, o bom andamento das ações previstas no PROINFO depende não apenas do governo federal, mas também das parcerias e contrapartidas esperadas de estados e municípios.

Até 2008 dentro da proposta do programa, tinham sido criados 462 NTEs, formados 2.069 professores “multiplicadores” para atuarem nesse espaço, e enviados 184.993mil computadores para 5.909 escolas públicas, municipais e estaduais. Fazendo uma análise dessa trajetória, consideramos que o programa teve o mérito de desencadear discussões nas escolas sobre a contribuição do computador para o processo de ensino e aprendizagem dos professores e alunos. No entanto, constatamos que, passados mais de dez anos de sua implementação, ainda está em processo de firmar-se como política pública, de Estado, e não de um governo (p.197).

De acordo com os relatos dos entrevistados, não há uma política municipal consistente para o fomento da informática educativa. Mais do que isso, apontam o caráter problemático de ações realizadas recentemente pela SEMED. Uma delas é a gradual

retirada dos professores concursados das salas informatizadas e a sua substituição por “instrutores” – cargo criado pela própria prefeitura do município. De acordo com os participantes, a justificativa para essa reestruturação veio do entendimento – da própria SEMED – de que as atividades realizadas pelos agentes do laboratório configuram uma função de natureza técnica e, portanto, distinta do trabalho docente realizado pelos professores. Entretanto, os instrutores declaram que, no cotidiano escolar, essa distinção nem sempre se verifica na prática: “Eu que dou aula. É engraçado... Quando a gente recebia como professor, a minha função era de mediador. Agora que recebo como instrutor, sou professor” (INSTRUTOR 2).

Além da remuneração reduzida⁴, os instrutores não precisam de licenciatura ou mesmo de formação superior para sua contratação: basta concluir o curso básico de informática oferecido pelo Núcleo de Tecnologias do município. Parece haver consenso entre professores e instrutores que tais medidas representam retrocesso para a qualificação do trabalho docente e da melhoria das condições de ensino nas escolas.

Em 2012 a gente [instrutores] começou como professor. Todas as pessoas que trabalhavam no laboratório eram professores. A gente não recebia todas as “regalias” do efetivo, mas a gente recebia hora atividade, recebia férias, piso salarial, mas aí foi mudando a política, foi mudando... mudando... No governo anterior já cortou nossa hora atividade, recebia ainda normal. Há uns dois anos mudou... cortaram. Já estamos recebendo um salário mínimo e mudaram a nomenclatura para instrutor, por isso essa guerra, está luta que a gente tem (INSTRUTOR 2).

A informática vem sendo desvalorizada há uns cinco anos. A mudança de nomenclatura deste professor. Dizer que este professor é instrutor é uma desvalorização muito grande deste professor... agravou-se muito. E os professores que estavam na sala de informática e foram tirados. [A SEMED] tirou completamente este professor daquilo que ele se capacitou com formações, gastou para isso e, simplesmente foram tirados. É uma desvalorização com este professor que gastou para se capacitar para estar ali atuando. Foi muito grave o que aconteceu com a informática educativa. Os professores concursados em geral sofrem ainda esta ameaça de serem tirados dos laboratórios de informática e voltarem para o concurso de origem. Esta ameaça persiste todo final de ano. Só estamos no laboratório por questões de acordo sindicais, porque pelo governo municipal nós já estaríamos fora (PROFESSOR 2).

Outra preocupação manifesta pelos entrevistados foi o fechamento de salas informatizadas. No contexto de Santarém, foi apontado o encerramento das atividades em laboratórios de escolas do segundo ciclo do ensino fundamental (6º ao 9º ano) da rede municipal. Este e outros problemas são percebidos pelos agentes como uma das

⁴ Atualmente, cada instrutor recebe o equivalente a um salário mínimo mensal.

consequências da incipiência ou mesmo ausência dos projetos oficiais que institucionalizem os compromissos da prefeitura municipal com a informática educacional e com profissionais diretamente responsáveis por ela. Trata-se de um cenário que alimenta a sensação de insegurança em relação à carreira, bem como a falta de motivação para busca de qualificação por parte dos agentes em exercício.

Se eu não tiver o espaço para trabalhar, vai adiantar a minha formação? Vou formar para que? Vou trabalhar aonde? Do estado já tiraram [a informática educativa]. E do município também querem tirar. Tanto é que eu penso já tiraram do sexto ao nono ano os professores, os instrutores. Já tiraram os alunos do sexto ao nono. Só vão para o laboratório onde ainda tem se os professores quiserem. Poxa, daqui um tempo vão tirar do pré ao quinto. Este é meu medo, uma angústia. O meu sonho é que o setor faça o PPP da informática, que vire uma política pública e vire Lei. Vai ser bom para todo mundo: para quem está atuando e para quem está se formando (INSTRUTOR 1).

Fizemos uma comissão, fomos à SEMED, nos reunimos com o sindicato várias vezes para lutar para que permanecemos nos laboratórios, aí foi fechado um acordo que os que já estavam permaneceriam, mas não entraria mais ninguém. Um dos pontos que nos colocamos é justamente o tempo e os gastos com capacitações. Alguns fizeram curso superior novamente na área de informática para atuar no laboratório de informática. Tivemos que buscar capacitações para poder estar atuando no espaço, que agora simplesmente não querem dar o devido valor. Isso foi investimento, custou tempo de vida, custo financeiro. Estas capacitações não são fornecidas pela SEMED com a necessidade que existe, é preciso busca-las fora por conta própria (PROFESSOR 1).

Nesse cenário, também foi observada a ausência de uma política consistente de formação continuada para os agentes nos laboratórios. Os sujeitos da pesquisa apontaram dificuldades no processo de busca dos conhecimentos necessários ao exercício de suas funções, uma vez que essa demanda costuma ser suprida por conta própria. Sem um apoio efetivo da SEMED, os sujeitos da pesquisa destacaram a importância de universidades, movimentos comunitários e ONGs locais enquanto espaços de acesso a conhecimentos capazes de enriquecer sua prática profissional. Um dos exemplos é o Projeto Puraqué⁵: “Eles trabalhavam muitas oficinas nos finais de semana nas comunidades, então eu coleí neles. Comecei a estudar, fazer metareciclagem, um pouco da parte de manutenção – o básico –, conhecer os programas, trabalhar a parte de áudio, de vídeo” (PROFESSOR 1). Parcerias como essa foram apontadas como fundamentais para atenuar o descompasso sentido pelos professores entre os seus conhecimentos e o rápido ritmo de desenvolvimento e transformação das tecnologias de informação e comunicação.

⁵ Surgido de uma parceria com o Cultura Digital, programa subordinado ao antigo Ministério da Cultura, o Coletivo Puraqué é uma ONG que desenvolve trabalhos articulando software livre, inclusão digital e cidadania no contexto amazônico, tendo como público alvo a população de baixa renda de comunidades locais.

De acordo com os entrevistados, a política de formação atualmente oferecida pela SEMED através do NTM é de duas formações ao ano. Segundo eles, essa periodicidade não atende às necessidades que emergem do exercício da profissão: “A informática a todo momento está mudando e quando não recebemos esta mudança... este conhecimento, nós perdemos com isso [...] Estamos fora da realidade. Precisamos de constantes atualizações, mas não estamos recebendo isso” (PROFESSOR 2). A falta de um projeto de formação que atenda aos anseios dos profissionais nas salas informatizadas por parte do NTM tende a se constituir como fator que agrava os problemas presentes em seu contexto de trabalho.

Vejo a necessidade do município trazer mais formações para os professores em um modo geral, nós precisamos destas formações e estas devem ser fornecidas pela mantenedora desta organização que seria a SEMED. É claro que esta vai buscar estes recursos em um órgão maior que ela, o Estado, Estado à Federação, mas isso não acontece (PROFESSOR 2).

Por vezes, o peso dos obstáculos presentes na prática profissional é atenuado pelo otimismo em relação ao potencial educativo das mídias digitais. Partindo de suas experiências no cotidiano escolar, os sujeitos entrevistados reconhecem a importância das estratégias e atividades mediadas pelas tecnologias para o desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem mais significativos. Inicialmente, essa eficácia tende a ser associada aos efeitos motivacionais das mídias: “Na minha opinião a informática educativa veio ajudar o professor de sala de aula de forma lúdica, tirar a criança lá daquela mesmice de estar lá no quadro e caderno. Tirar a criança do dia a dia da sala de aula.” (INSTRUTOR 2). Também indicam a importância do contato com os computadores como algo que pode manter os alunos em sintonia com a sua época, expandindo o seu universo cultural: “Bom, no mundo globalizado que a gente vê, a ferramenta tecnológica que a gente usa para educar o aluno ajuda a não deixar ele naquele mundo preso dele” (INSTRUTOR 1); “A criança, às vezes ela está pesquisando na internet de repente ele já está lá vendo no Rio de Janeiro, ela está estudando, conhecendo outras culturas. A informática, ela tem este poder transformador, esta é a palavra certa: transformador” (INSTRUTOR 2). Em comum, os argumentos em prol da informática educativa partilham a convicção de que as tecnologias digitais têm o potencial de revolucionar as práticas pedagógicas, promovendo mudanças radicais no modo como os educandos se relacionam com o conhecimento, bem como com seus pares e professores.

6 Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo conhecer o perfil e os desafios dos profissionais que atuam nos laboratórios de informática das escolas da rede municipal de ensino de Santarém-PA. Através da coleta de dados foi possível reunir informações fecundas a respeito desta realidade constituída no campo investigado.

Observou-se que, apesar da persistência de ações como o PROINFO, as dificuldades enfrentadas pelos professores que atuam nos laboratórios das escolas não desapareceram. Dentre os principais obstáculos identificados, destacam-se, primeiramente, questões notórias de ordem infraestrutural: equipamentos sucateados e/ou defasados, além de entraves na manutenção e reposição de máquinas e peças danificadas. Tratam-se de fatores que interferem diretamente no trabalho dos agentes educativos, forçando-os a se utilizar de estratégias e alternativas diversas para garantir o funcionamento dos equipamentos, como a realização de eventos e atividades com a finalidade de captar de recursos junto aos alunos e à comunidade.

Também foi observado que, até o período de encerramento da pesquisa, a SEMED não possui uma política efetiva que favoreça o desenvolvimento do setor de tecnologias educacionais no município, seja no que diz respeito a um projeto pedagógico próprio da informática educativa que esteja sintonizado às demandas e especificidades regionais, seja no tocante à uma política de formação docente capaz de fortalecer a profissionalidade dos agentes nos laboratórios.

Na contramão de tais pressupostos, percebe-se que algumas ações tomadas pela SEMED foram encaradas como retrocessos pelos sujeitos da pesquisa. Uma delas é a já mencionada portaria nº 19/2018 formulada pela SEMED, na qual instituiu a figura do “instrutor”, abrindo caminhos para uma dissociação gradual dos profissionais inseridos nos laboratórios da carreira docente, suas funções e benefícios trabalhistas. Nesse contexto, os professores concursados que já atuavam nos laboratórios na ocasião da publicação da portaria permaneceram em suas funções por força de acordos sindicais. Já os temporários, denominados “contratados”, tiveram seu status modificado para instrutor, e com isso perderam todos os direitos a que tinham enquanto professores. Trata-se de um fato causou o afastamento de profissionais que atuam há anos na educação na área da informática.

A partir da pesquisa realizada foi possível identificar um cenário com inúmeras incertezas em relação ao futuro das tecnologias educacionais nas instituições de ensino do município de Santarém. De certa maneira, tais problemas também representam sintomas do declínio de políticas públicas nacionais voltadas à inclusão digital por meio da educação, a exemplo do PROINFO⁶. Nesse sentido, parece haver dificuldade em redistribuir as responsabilidades inicialmente pactuadas entre as esferas federais, estaduais e municipais. Por essa razão, entende-se que pesquisas futuras podem buscar maiores informações sobre as descontinuidades entre as referidas políticas em relação à sua efetiva apropriação no contexto dos municípios atendidos, no intuito de identificar os embates envolvendo o desenvolvimento, a manutenção ou tão somente a sobrevivência dos laboratórios de informática nas escolas públicas.

7. Referências

BUCKINGHAM, David. Cultura Digital, Educação Midiática e o lugar da escolarização. **Educação e realidade**. Porto alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, 2012.

BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: Contextos Histórias e Interrogações. In: FANTIN, Monica; RIVOTELLA, Pier Cesare. (orgs). **Cultura digital e escola**. Campinas, SP: Papirus, p. 31- 56, 2012.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: MEC, 1996 Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em 22 novembro de 2019.

_____. Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo. Brasília, DF: MEC, 2007 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6300.htm> Acesso em 22 de novembro de 2019.

_____. Resolução nº 2, de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para formação continuada. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-regulamenta%C3%A7%C3%A3o-e-supervis%C3%A3o-da-educa%C3%A7%C3%A3o-superior-seres/323-secretaria-112877938/orgaos-vinculados-82187207/21028-resolu%C3%A7oes-do-conselho-pleno-2015>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2019.

⁶ Nesse sentido, apontamos a semelhança do cenário aqui descrito com os que foram apresentados por Mayara e Cavalcante (2018), além de Utta, Bottentuit Junior e Sousa (2017).

FANTIN, Monica. Mídia-Educação no Currículo e na Formação Inicial de Professores. In: FANTIN, Monica; RIVOTELLA, Pier Cesare. (orgs). **Cultura digital e escola**. Campinas, SP: Papirus, p. 57-92, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de Professores no Brasil: Características e Problemas. **Educação e sociedade**, Campinas, v.31, n.113, p.1355-1379, 2010.

_____. A formação inicial de Professores para a Educação Básica: As Licenciaturas. **Revista USP**, São Paulo, p.33-46, n. 100, 2013-2014.

MAYARA, Alane. CAVALCANTI, Lenin. Avaliação de Implementação do Programa Nacional de Tecnologia Educacional: O Caso Proinfo no Município de Mossoró/RN. Revista **Empírica BR**, Natal, n.1, v.1, p. 104-120, 2018.

KENSKI, Vani Moreira, **Educação e Tecnologia: O novo ritmo da informação**, Campinas, SP: Papirus, 2007.

QUARTIERO, Elisa Maria. Formação Continuada de Professores nos Núcleos De Tecnologia Educacional: Conteúdos e Metodologias. In: FANTIN, Monica; RIVOTELLA, Pier Cesare. (Orgs). **Cultura digital e Escola**. Campinas, SP: Papirus 2012, p.195-224

SELWYN, Neil. **Education and Tecnology: key issues and debates**. Londres: Bloomsbury, 2011.

SEMED. Portaria nº 19, de 19 de janeiro de 2018. Santarém, PA: Secretaria Municipal de Educação, 2018.

UTTA, Berson Pereira; BOTTENTUIT JUNIOR, João Batista. SOUSA, Karla Cristina Silva. Programa Nacional de Informática na Educação (PROINFO): um retrato da realidade no Baixo Paraíba-MA. **Revista EducaOnline**, Rio de Janeiro, v. 11, nº2, maio/agosto, 2017.

PORTARIA Nº 19/2018

Santarém (PA), 19 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA MATRÍCULAS DE ALUNOS E LOTAÇÃO DE SERVIDORES NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTARÉM-PA NO ANO LETIVO 2018.

A Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, **MARA REGINA XAVIER BELO**, nomeada pelo Exmo. Sr. Prefeito **FRANCISCO NÉLIO AGUIAR DA SILVA**, através do Decreto Nº 017/2018-SEMGOF, no uso de suas atribuições Legais e Constitucionais delegadas e;

CONSIDERANDO que de acordo com a organização da Educação Nacional, ao Município compete organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais e municipais, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados, assim como, baixar normas complementares às Instituições de Ensino que se encontram sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de Santarém, Estado do Pará, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme legislação vigente.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer diretrizes para as **Matrículas e Formação de Turmas nas Unidades de Educação Infantil e Escolas de Ensino Fundamental** da Rede Pública Municipal de Santarém.

Art. 2º Instituir no âmbito da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, normas e procedimentos para lotação dos Servidores da Rede Pública Municipal, no exercício de 2018.

Art. 3º A lotação de servidores será efetivada mediante oferta gerada pelas matrículas de alunos nas Unidades Escolares com **formação de turmas, turnos de funcionamento e número de dependências físicas** de cada escola, sob a orientação desta Portaria.

Art. 4º Obedecendo as diretrizes da SEMED, e a necessidade de funcionamento das Unidades de Ensino, a lotação dos servidores da Educação procederá na seguinte ordem:

- I** Lotação dos servidores efetivos;
- II** Lotação dos servidores estáveis 83/88;
- III** Lotação de servidores temporários.

§ 1º A lotação dos servidores acima descritos, serão realizadas nas seguintes unidades:

- I** Nas Unidades de Ensino Públicas Municipais que atendam a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e outras modalidades e programas;
- II** Nas Unidades de Ensino em parceria com o município.

§ 2º Independente do número de vínculos e resguardado os interesses da Administração, a lotação dos **professores** será, prioritariamente em sala de aula, e preferencialmente em uma única unidade de ensino.

§ 3º A hora atividade, será devida somente àqueles professores, em efetivo exercício da docência em consonância com a Lei do Piso Nacional Nº 11.738/2008 e Lei Nº 17.246/2002 de Cargos, Carreira e Remuneração.

Art. 5º A lotação de professores nas Unidades de Educação Infantil seguirá a presente ordem:

- I** Professores efetivos na Educação Infantil

II Professores temporários classificados no processo seletivo simplificado;

Art. 6º A lotação de professores nas Escolas com o Pré-escolar, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 1ª e 2ª Etapas da EJA seguirá a presente ordem:

I Professores efetivos para os anos iniciais do ensino fundamental;

II Professores temporários classificados no processo seletivo simplificado;

Art. 7º A lotação de professores dos Anos Finais 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª Etapas da EJA, seguirá a presente ordem:

I Professores efetivos Licenciados na disciplina objeto da docência;

II Professores temporários classificados no processo seletivo simplificado na disciplina objeto da docência;

Art. 8º Os Diretores, Vice-Diretores e Secretários de Unidades Escolares, bem como os Coordenadores de Educação Infantil deverão exercer suas atividades em todos os turnos de funcionamento da Unidade

. **§ 1º** Em toda unidade escolar, a direção deverá elaborar escala de trabalho.

§ 2º Será obrigatória a *fixação* em local visível do horário de trabalho a ser cumprido por todos os funcionários da escola para conhecimento da comunidade escolar.

DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 9º A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 10 A Educação Infantil será oferecida as crianças de acordo com os seguintes critérios:

I Centros Municipais de Educação Infantil-CEMEI: terá a incumbência de ofertar turmas para crianças de 01 a 05 anos, de acordo com as necessidades da comunidade, os números de dependências físicas existentes, e em observância com a disponibilidade orçamentária;

II Unidades Municipais de Educação Infantil – UMEI: terá a incumbência de ofertar turmas para crianças de 02 a 05 anos, de acordo com as necessidades da comunidade, os números de dependências físicas existentes, e em observância com a disponibilidade orçamentária;

§ 1º A oferta de vagas, bem como a formação de turmas, será definida de acordo com os critérios estabelecidos nesta Portaria.

§ 2º A formação de turmas com alunos de 01 a 03 anos, serão preferencialmente integrais. Nas Unidades com turmas parciais, no ano letivo de 2017, será assegurada a continuidade das turmas.

§ 3º As Unidades anteriormente denominadas Espaços Municipais de Educação Infantil, serão enquadradas como Unidades Municipais de Educação Infantil-UMEI

§ 4º No momento da matrícula dos alunos, a Coordenação da Unidade Escolar deverá priorizar a oferta de vagas as crianças com idade de 04 e 05 anos, em atendimento as metas do Plano Nacional de Educação-PNE e Plano Municipal de Educação-PME.

Art. 11 Toda Instituição de Educação Infantil vinculada à Rede Municipal de Ensino, deverá instituir uma comissão de matrícula registrada em ata, constituída por três membros: um coordenador, um funcionário e um membro do conselho que analisará e emitirá pareceres e definirá a matrícula.

Art. 12 Critérios para a matrícula nos Centros e Unidades Municipais de Educação Infantil:

I Crianças já matriculadas nas unidades;

- II** Crianças que residem próximo à unidade e são beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- III** Crianças que residem próximo à unidade, cujos pais trabalham e comprovem renda familiar de até três salários mínimos mensal;
- IV** Crianças da comunidade em geral beneficiárias do Programa Bolsa;
- V** Crianças da comunidade em geral cujos pais trabalham e comprovem renda familiar de até três salários mínimos mensal;

Art. 13 Constituem-se documentos necessários para a matrícula

- I** Cópia da certidão de nascimento e original.
- II** Cópia do documento com o Número de Identificação Social – NIS da criança
- III** Cópia do cartão de vacinação atualizado e original;
- IV** Cópia e original do extrato do Bolsa Família, atualizado
- V** Cópia e original do comprovante de trabalho dos pais ou responsáveis;
- VI** Cópia do comprovante de residência atualizado.

Art.14 Para efeito de lotação dos docentes será considerado o número de alunos por turmas, obedecendo aos seguintes critérios:

I Educação Infantil:

- a)** Berçário I Integral (até 1 ano e 2 meses): mínimo 10 e máximo 15 alunos;
- b)** Berçário II Integral (de 1 ano e 2 meses até 2 anos): mínimo 10 e máximo 15 alunos;
- c)** Maternal I Integral (2 anos) – mínimo de 15 e máximo de 20 alunos;
- d)** Maternal I Parcial (2 anos) – mínimo de 15 e máximo de 20 alunos;
- e)** Maternal II Integral (3 anos) – mínimo de 15 e máximo de 20 alunos;
- f)** Maternal II Parcial (3 anos) – mínimo de 15 e máximo de 20 alunos;
- g)** Pré I (4 anos) e Pré II (5 anos) – mínimo de 20 e máximo de 25 alunos;

Art. 15 Só será admitido um estagiário por turma, com crianças de 01 a 03 anos.

DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 16 O Ensino Fundamental Obrigatório, é aquele que tem a duração de 09 anos na escola pública, tendo como objetivo a formação básica do cidadão.

Art. 17 Nas escolas o ensino será oferecido aos alunos de acordo com os seguintes critérios:

- I Educação Infantil Pré I e II** - terá a incumbência de ofertar turmas para alunos de 4 e 5 anos;
- II Ensino Fundamental I:** terá a incumbência de ofertar o ensino para alunos dos anos iniciais do 1º ao 5º ano e Educação de Jovens e Adultos – EJA 1ª e 2ª Etapa;
- III Ensino Fundamental II:** terá a incumbência de ofertar o ensino para alunos dos anos finais, que correspondem do 6º ao 9º ano e Educação de Jovens e adultos – EJA 3ª e 4ª Etapa;

§ 1º A oferta de vagas, bem como a formação de turmas, será definida de acordo com os critérios estabelecidos nesta Portaria.

§ 2º Na formação de turmas, a direção da Unidade de Ensino deverá atender as seguintes prioridades:

- I Educação Infantil (Pré I, Pré II)**, alunos de 4 e 5 anos de idade a completar até 31 de março do ano em curso, exceto em casos de alunos que, por meio de avaliação pedagógica, comprovem o domínio das habilidades mínimas necessárias para o ingresso na Educação Infantil.
- II 1º ano do Ensino Fundamental**, alunos com seis anos de idade a completar até 31 de março do ano em curso, exceto em casos de alunos que, por meio de avaliação pedagógica, comprovem o domínio das habilidades mínimas necessárias para o ingresso no 1º ano.

III Não alfabetizados defasados em idade série – Se Liga e **Alfabetizados** defasados em idade série – Aceleração da aprendizagem;

IV 6º ano fundamental, se a escola já oferece o nível de ensino de 6º ao 9º ano;

V Após priorizar a matrícula dos alunos da Educação Infantil (Pré I e Pré II) e do 1º e 6º ano do Ensino Fundamental e tendo ainda, salas de aula disponíveis, a escola deverá comunicar imediatamente a SEMED para que esta encaminhe candidatos que ainda se encontram fora da escola.

VI Educação de Jovens e Adultos – EJA (1ª a 4ª Etapa) atenderá alunos que tenham idade a partir de 15 anos completos ou a completar até o início do ano letivo. Resolução Nº 06/09 CME. A escola poderá oferecer turmas de EJA no horário diurno, desde que tenha salas de aula disponíveis.

Art. 18 Constituem-se documentos necessários para a matrícula:

- I Cópia do documento com o Número de Identificação Social – NIS;
- II Cópia da certidão de nascimento e original;
- III Cópia do cartão de vacinação atualizado e original;
- IV Cópia e original do extrato do Bolsa Família, atualizado
- V Cópia do comprovante de residência atualizado
- VI Documento de escolaridade (histórico escolar);
- VII 02 fotos 3x4

Art.19 Para efeito de lotação dos docentes será considerado o número de alunos por turmas, obedecendo aos seguintes critérios:

I Educação Infantil:

- a) Pré I (4 anos) e Pré II (5 anos)– mínimo de 20 e máximo de 25 alunos;

II Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais)

- a) 1º e 2º ano – mínimo de 25 e máximo de 30 alunos;
- c) 3º ao 5º ano – mínimo de 30 e máximo de 35 alunos;
- d) Se liga e Acelera - mínimo de 20 e máximo de 25 alunos
- e) 6º ao 9º ano – mínimo de 35 e máximo de 40 alunos;
- f) Fórmula da Vitória - mínimo de 20 e máximo de 30 alunos
- g) Classes Mistas Educação Infantil Pré I e II nas Regiões de Rios e Planalto – mínimo de 15 e máximo de 25 alunos;
- h) Classes Mistas dos anos iniciais nas Regiões de Rios e Planalto– mínimo de 15 e máximo de 25 alunos;
- i) Salas de Recursos Multifuncionais – Atendimento Educacional Especializado (AEE) – mínimo de 12 e máximo de 15 alunos.

III Ensino Fundamental na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos:

- a) 1ª Etapa: mínimo de 30 e máximo de 35 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto);
- b) 2ª Etapa: mínimo de 35 e máximo de 40 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto);
- c) 3ª e 4ª Etapas: mínimo de 35 a 40 alunos (cidade) e mínimo de 20 e máximo de 30 alunos (Rios e planalto).

§ 1º Nas Unidades que tenham alunos com número inferior ao definido anteriormente para os programas *Se liga e Acelera*, farão a enturmação destes alunos em turma regular, adotando a sistemática pedagógica dos programas.

§ 2º As turmas do programa *Fórmula da Vitória*, deverão ser formadas por alunos de 6º ao 8º ano, que apresentem dificuldades em habilidade leitora, escritora e conhecimentos matemáticos, além dos alunos com defasagem idade/ano, obedecidos o quantitativo anteriormente descrito.

§ 3º Nas unidades escolares localizadas nas regiões de Rios e Planalto, para continuidade de formação de turmas de 7º ao 9º ano do ensino fundamental e 4ª etapa da EJA se faz necessário um número mínimo de 10 alunos por turma.

§ 4º Para abertura de novas turmas nas unidades escolares localizadas nas regiões de Rios e Planalto, de 6º ano do Ensino Fundamental, 1ª e 3ª Etapa da EJA se faz necessário um número mínimo de 20 alunos matriculados por turma, observando as possibilidades de continuidade das séries seguintes e o não esvaziamento das Escolas do entorno;

§ 5º Nas unidades escolares localizadas na região urbana, a oferta de EJA, no período noturno, será definida através de análise técnica da SEMED, com definição de núcleos.

PROGRAMA INFORMÁTICA EDUCATIVA

Art. 20 A Informática Educativa, tem por intuito oferecer no âmbito escolar o uso do computador e suas ferramentas, enquanto recurso pedagógico, incentivando a descoberta de informações e construção de conhecimento.

Art. 21 Nos laboratórios de Informática Educativa, existindo necessidade de contratação, somente será lotado servidor temporário denominado **Instrutor de Informática (nível médio)**, que pode ter nível de escolaridade com Nível Médio, desde que acrescida de curso técnico de informática, além da formação pedagógica ofertada pelo E-Proinfo, Núcleo Tecnológico Municipal-NTM e Núcleo Tecnológico Estadual-NTE, com somatório de carga horária de no mínimo 100 horas.

§ 1º Para aqueles candidatos licenciados em informática, que almejem lotação como instrutor de informática, fica dispensado os cursos de formação exigidos no *caput* deste artigo.

§ 2º Os servidores efetivos lotados até o ano de 2017 nos laboratórios de informática, serão lotados no seu concurso de origem, com possibilidade de complementação de carga horária nos referidos laboratórios.

Art. 22 A Informática Educativa será disponibilizada nas unidades que tenham laboratórios de informática, através de um instrutor por unidade, com carga horária de 8 horas diárias, devendo atender as turmas existentes, através de cronograma estabelecido em conjunto com a Coordenação do NTM e a direção da Unidade.

Art. 23 Nas escolas das Regiões de Rios e Planalto, que tenham laboratório de informática, será lotado um servidor por Escola Polo, que deverá atender as escolas anexas pertencentes ao Polo, de acordo com cronograma elaborado em conjunto com a Coordenação do NTM e a direção da Unidade.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 24 A Educação Especial, tem por finalidade a realização de atendimento educacional especializado, disponibilizando recursos e serviços nas turmas do ensino regular.

Art. 25 As turmas de educação infantil e fundamental com alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação deverão ter 10% do total de alunos inclusos com deficiência.

Art. 26 O professor lotado em Sala de Recurso Multifuncional atenderá todos os alunos que são público alvo da Educação Especial da mesma escola e de outra escola em que não houver Sala de Recurso Multifuncional.

Art. 27 De acordo com o que estabelece a Resolução CEE/PA nº 001/2010, para atendimento do disposto no inciso III do artigo 59 da LDBEN, consideram-se:

I Professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentem necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre Educação Especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores e/ou formação em curso específico de aperfeiçoamento na área de Atendimento Educacional Especializado com carga horária mínima de 180 horas;

II Professores especializados em Educação Especial aqueles que comprovem:

a) formação em cursos de Licenciatura em Educação Especial ou em uma de suas áreas, preferencialmente de modo concomitante e associado à Licenciatura para a Educação Infantil ou para os anos iniciais do Ensino Fundamental;

b) complementação de estudos com mínimo de 180 horas ou pós-graduação em áreas específicas da Educação Especial, posterior à licenciatura nas diferentes áreas do conhecimento, para atuação nos anos finais do Ensino Fundamental.

Art. 28 Será lotado um estagiário cursando pedagogia ou enfermagem, para o atendimento a alunos com deficiência física motora e transtornos globais do desenvolvimento com as seguintes atribuições: promoção da acessibilidade e para o atendimento a necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações e da atenção aos cuidados pessoais de alimentação, higiene e locomoção de acordo com o estabelecido em Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010 da Secretaria de Educação Especial/MEC.

Parágrafo único – A lotação do estagiário de que trata o caput deste artigo ocorrerá após avaliação do nível de comprometimento em que o educando se encontra, observando-se parecer técnico da equipe de avaliação multiprofissional da SEMED, laudo médico e identificação no censo escolar.

Art. 29 A identificação do aluno com necessidades especiais, será de responsabilidade da equipe multiprofissional da SEMED, formada por profissionais das seguintes áreas: psicologia, pedagogia e serviço social, que tenham formação específica na área da Educação Especial.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 Para efeito da lotação, cada unidade escolar será composta pelos seguintes cargos:

I Diretor/Coordenador;

II Vice Diretor;

III Pedagogo;

IV Secretário Escolar;

V Agente Administrativo;

VI Auxiliar Operacional de Conservação (serventes);

VII Auxiliares de Serviços Gerais;

VIII Auxiliar de Segurança Patrimonial (Vigia).

Parágrafo único – os cargos descritos nos incisos IV, V, VI e VII, quando exercido por servidores em contratação temporária, terá carga horária de 08 horas diárias, obedecendo a escala de trabalho feita pela direção da unidade.

Art. 31 A lotação dos ocupantes dos cargos de Direção e Vice Direção das Escolas Públicas Municipais obedecerá aos seguintes critérios:

I Diretor/coordenador de Unidade de Ensino:

a) 01 (um) Diretor para cada Unidade Polo de Ensino Fundamental a partir de 101 (cento e um) alunos.

b) 01 (um) Coordenador para cada Unidade de Educação Infantil a partir de 80 (oitenta) alunos.

II Vice-Diretor(a) de Unidade de Ensino:

a) 01 (um) para cada Unidade Polo de Ensino Fundamental a partir de 601 (seiscentos e um) alunos;

§ 1º Será designado pela SEMED um 01 (um) Servidor Responsável para cada Unidade Infantil com até 80 (oitenta) alunos ou Unidade de Ensino Fundamental com até 100 (cem) alunos que funciona o ensino de 6º ao 9º ano, autorizado pelo CME.

§ 2º Direção e Vice Direção das Unidades de Ensino e os coordenadores de Educação infantil, deverão, a cada bimestre do ano letivo de 2018, encaminhar às assessorias e coordenadorias de ensino relatório com os indicadores de gestão. Assim como a tendência de aprovação em língua portuguesa e matemática, bem como evasão/frequência dos alunos da unidade para o Setor de Estatística Escolar.

Art. 32 A lotação do **Pedagogo** nas Unidades de Ensino Fundamental e Infantil obedecerá aos seguintes critérios:

I 01 (um) para cada Unidade de Ensino Fundamental enquadrada no Modulo I (101 (cento e um) a 300 (trezentos) alunos);

II 01 (um) para cada Unidade de Ensino Fundamental enquadrada no Modulo II (301 (cento e um) a 600 (seiscentos) alunos);

III 02 (dois) para cada Unidade de Ensino Fundamental enquadrada no Modulo III, IV e V (a partir de 601 (seiscentos e um) alunos).

IV 01 (um) para cada Unidade de Unidade de Educação Infantil enquadrada no Modulo II e III (a partir de 121 (cento e vinte e um) alunos).

Parágrafo Único – Para as Unidades de Educação Infantil que tenham entre 80 (oitenta) e 120 (cento e vinte) alunos, será lotado um pedagogo itinerante, que fará o acompanhamento pedagógico para cada 02 (dois) unidades.

Art. 33 Em cada Unidade de Escolar/Polo, será lotado 01 (um) **Secretário (a) Escolar**, exceto nas escolas anexas.

§ 1º Será exigida a formação de nível médio com formação técnica em Secretariado Escolar mais conhecimento de informática e/ou servidor cursando Secretariado Escolar e conhecimento de Informática, já autorizado (a) por meio de portaria da SEMED;

§ 2º O servidor designado para a função a que se refere o caput deverá, obrigatoriamente, cumprir a carga horária de 08 (oito) horas diárias de forma alternada, em todos os turnos de funcionamento da Escola, visando o atendimento da comunidade escolar.

Art. 34 – A lotação de Servidores nas atividades de **Auxiliar de Secretaria Escolar** obedecerá aos seguintes critérios:

I Nas Unidades de Educação Infantil:

a) 01 (um) para cada unidade com número a partir 241 (duzentos e quarenta e um) alunos

II Nas unidades de Ensino Fundamental:

a) 01 (um) para cada unidade Polo com número de 301 (trezentos e um) a 600 (seiscentos) alunos;

b) 02 (dois) para cada unidade Polo a partir de 601 (seiscentos e um) alunos;

Art. 35 – A lotação de Servidores nas atividades de **Auxiliar Operacional de Conservação (serventes)** obedecerá aos seguintes critérios:

I Nas Unidades de Educação Infantil:

- a) 02 (dois) para cada unidade enquadrada no Modulo I (com número de 80 (oitenta) a 120 (cento e vinte) alunos);
- b) 03 (três) para cada unidade enquadrada no Modulo II (com número de 121 (cento e vinte e um) a 240 (duzentos e quarenta) alunos);
- c) 04 (quatro) para cada unidade enquadrada no Modulo III (com número acima de 241 (duzentos e quarenta e um) alunos);

II Nas unidades de Ensino Fundamental:

- a) 02 (dois) para cada unidade enquadrada no Modulo (com número de 101 (cento e um) a 300 (trezentos) alunos);
- b) 03 (três) para cada unidade enquadrada no Modulo (com número de 301 (trezentos e um) a 600 (seiscentos) alunos);
- c) 04 (quatro) para cada unidade enquadrada no Modulo (a partir de 601 (seiscentos e um) alunos);

Parágrafo Único - nas unidades que tenham servidores efetivos lotados com carga horaria de 06 (seis) horas diárias e/ou alguma limitação funcional comprovada, ficará a critério da assessoria responsável, e de acordo com a disponibilidade orçamentária, a complementação na lotação da unidade para garantir a execução dos serviços.

Art. 36 A lotação de Servidores nas atividades de **Auxiliares de Serviços Gerais**, será apenas nas unidades situadas em local de risco, e após análise da SEMED, sempre de acordo com a disponibilidade orçamentaria.

Art. 37 A lotação de Servidores nas atividades de **Auxiliar de Segurança Patrimonial (Vigia)**, será no quantitativo de 02 (dois) para cada Unidade Escolar/Polo, exceto as escolas anexas.

§ 1º Os auxiliares de segurança patrimonial, somente serão contratados para o serviço noturno, obedecendo escala de serviço de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

§ 2º Naquelas unidades não contempladas com os servidores descritos no *caput*, mas que por questões de segurança patrimonial necessite deste servidor, após análise da SEMED, poderá ser lotado servidor para unidade.

Art. 38 As unidades escolares e infantis somente poderão aceitar pessoas ou servidores para desempenho de funções/atividades, quando apresentarem designação formal emitido pelo setor de lotação da SEMED.

Parágrafo Único –O não cumprimento das determinações de que trata o “*caput*” deste artigo implicará a chefia da unidade, responsabilidade administrativa, civil e penal na forma da lei.

Art. 39 Quando ocorrer a redução do número de alunos, fica o Diretor da Unidade de Ensino com a obrigação de comunicar a SEMED, que adotará as providências necessárias para reestruturação da unidade.

Art. 40 Os casos omissos serão resolvidos pela SEMED, por suas coordenadorias legalmente constituídas e/ou Assessoria Jurídica.

Art. 41 Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, 19 de janeiro de dois mil e dezoito.

(ANEXO B) – PORTARIA Nº 19/2018

Mara Regina Xavier Belo
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 017/2018 - SEMGOF

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

- 1- Qual é a sua formação (graduação, especialização, mestrado)?**
- 2- Qual é a sua carga horária de trabalho semanal?**
- 3- Ha quanto tempo atua na área da educação? Fale sobre a sua trajetória até a sua inserção na sala informatizada?**
- 4- Quais são as atividades desenvolvidas na(s) sala(s) informatizada(s) da instituição em que você atua?**
- 5- Quais são as formas de acesso dos alunos no laboratório (aulas, atividades extraclasse, plantão)?**
- 6- Além das atribuições na sala informatizada, cumpre outras funções e atividades na instituição? Se sim, quais?**
- 7- Você participa de formações e capacitações? Com que frequência? Quais foram as últimas formações/capacitações das quais participou? Como você as avalia em relação à sua atividade na instituição?**
- 8- Na sua opinião, quais são as possíveis contribuições das tecnologias de informação e comunicação para educação?**
- 9- Na sua opinião, quais são os principais desafios e obstáculos no laboratório de informática da instituição?**
- 10- Para você, sua formação inicial lhe fornece os conhecimentos necessários para uma atuação significativa no laboratório de informática? Se não, a quais conhecimentos complementares gostaria de ter acesso?**
- 11- Você sente que a instituição fornece as condições necessárias para a sua atuação? Se não, comente sobre os aspectos nos quais gostaria de maior apoio.**
- 12- Você participa das reuniões coletivas e planejamentos da escola?**
- 13- Como você percebe a postura e as políticas da SEMED em relação aos professores e instrutores que atuam nos laboratório de informática nas escolas? Comente.**